



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 21/09/2021

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira suplente Solane Leonor Carvalho de Lima (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castilho (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira suplente Daniela da Silva dos Santos Moretti (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED) e conselheiro Ismael Carlos Guedes de Oliveira (Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Rio de Janeiro - SIMVERJ). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e

Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Pauta do dia: Deliberação da Ata: **10/08/2021**. **1.** Ponto fixo sobre a Covid-19 – **20** minutos. **2.** Esclarecimentos a serem prestados pela RioSaúde sobre o processo seletivo de Agentes Comunitários no âmbito da AP 5.2 – **20** minutos. **3.** Apresentação e deliberação do Plano Municipal de Atenção às Redes de Urgência e Emergência do SUS – **40** minutos. **4.** Esclarecimentos a serem prestados pela SMS sobre a implementação de ações e programas vinculados à Política de Saúde da População Negra no município do RJ – **40** minutos. **5.** Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – 30 minutos. **5.1** – Apresentação: “Comissões e Grupos de Trabalho nos Conselhos Distritais de Saúde”, **5.2** – Apresentação: “SUS: Princípios, Diretrizes e o Controle Social – 31 anos da Lei 8080”. **6.** Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. **7.** Informes da Secretaria Executiva – 10 minutos. **8.** Informes da Gestão da SMS – 10 minutos. **9.** Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. Coordenação: **Presidente do Conselho Municipal de Saúde:** Maria de Fátima Gustavo Lopes. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva:** Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco, Osvaldo Sérgio Mendes, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Holst Antunes, Larissa Cristina Terzeo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: **Secretaria Executiva:** Carmem Terezinha Gomes Sasaki. A reunião foi iniciada às 14 horas e 47 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki fez a leitura da pauta e colocou em votação a sua aprovação, declarando-a, em seguida, aprovada pela maioria simples.** Prosseguindo, colocou em votação a deliberação da ata de dez de agosto de dois mil e vinte e um e, após, declarou-a aprovada pela maioria simples. Depois, passou para o ponto um da pauta “Ponto fixo sobre a Covid-19”. Então, a **Sra. Nadja Greffe** da Coordenação do Programa de Imunizações deu início à apresentação das informações pertinentes ao assunto. Após, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** informou que o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior** (Grupo pela Vidda) deixou registrado no "chat" o pedido de que conste em ata a observação dele de que já houve uma correção na Nota Técnica, mencionada pela coordenadora, por parte do Ministério da Saúde. Segundo o conselheiro, nessa correção, todas as pessoas soropositivas terão que tomar a dose de reforço. Diante dessa observação, a **Sra. Nadja Greffe** veio esclarecer que tiveram acesso a essa Nota 43 no dia da reunião em curso, onde descreve pessoas que vivem com HIV sem a condição da celularidade. Acrescentou que remeteu uma pergunta para confirmar a revisão que essa Nota traz; que podia dizer que parece que essa discussão vai no sentido de que todas as pessoas sejam contempladas, independentemente da celularidade, mas que essa Nota 43 saiu com algum erro de redação e, por isso, solicitaram que, até esse momento, não considerássemos esse documento como definitivo e que aguardássemos a redação final da Nota 43. Dirigindo-se ao conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior, com relação à colocação que ele compartilhou pelo "chat", disse entender que a tendência da recomendação atual seja a de atender as pessoas com HIV. Por fim, pediu a todos que aguardassem a Nota Técnica definitiva, que vai realmente validar. Para dar seguimento à apresentação das informações relacionadas ao tópico do ponto em tela, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** anunciou o **Sr. Caio Ribeiro**, que depois de apresentá-las, disse que estava à disposição para esclarecer dúvidas. A seguir, o **Sr. Paulo do**

Núcleo de Monitoramento do Complexo Regulador, ainda dentro do ponto 1 da pauta, fez uma breve apresentação do panorama da assistência à Covid no município do Rio de Janeiro. Depois, colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. Como ninguém se manifestou, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao ponto dois da pauta "Esclarecimentos a serem prestados pela RioSaúde sobre o processo seletivo de Agentes Comunitários no âmbito da AP 5.2". Então, a **Sra. Paula Travassos**, com a palavra, veio esclarecer que no processo seletivo da AP 5.2, o período de inscrição foi do dia vinte e três de agosto a trinta de agosto e o Edital foi publicado no Diário Oficial com o número 139/2021. Depois da etapa das inscrições veio a etapa do comprobatório. Que no edital publicado, tanto na página da RioSaúde quanto na página do Diário Oficial, há um cronograma: 1) dia vinte e quatro de agosto publicação do edital no Diário Oficial; 2) de vinte e três a trinta de agosto – realização das inscrições "on line", com as inscrições se encerrando dia trinta de agosto às treze horas; 3) dia dois de setembro foi publicado o resultado para recurso; 4) dia três de setembro prazo para o recurso no horário de nove ao meio-dia; 5) dia seis de setembro resultado do recurso com a publicação da pré classificação e que as etapas seguintes estão sendo divulgadas pelo Diário Oficial e também pelo site da RioSaúde. Acrescentou que o número de inscritos foi de cinco mil, duzentos e trinta e seis pessoas; que na etapa comprobatória, a segunda após a inscrição, convocaram cento e quatorze agentes comunitários. Desses cento e quatorze agentes comunitários, setenta compareceram. Desses setenta que compareceram, vinte e quatro foram desclassificados e quarenta e seis foram classificados. Que, em vinte e três de setembro, vinte e cinco agentes comunitários serão admitidos, sendo que no dia vinte de setembro, foi enviado e-mails para eles falando sobre a admissão. Após esses esclarecimentos, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** chamou a conselheira e Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2, Neide Maria Neres Tinoco para se pronunciar a respeito desses esclarecimentos, uma vez que, teria sido ela quem solicitou essa pauta. Com a palavra, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que, na verdade, o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 não solicitou pauta com o Conselho Municipal, mas que durante a reunião da Comissão Executiva, foi deliberado que esse assunto se tornasse um ponto de pauta. Entendeu que isso foi ótimo, porque dá condições a todos os conselheiros da AP 5.2 e a todos que apresentaram as suas demandas relativas a esse processo seletivo de se pronunciarem e terem esclarecidas as suas dúvidas. Contou que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 recebeu muitas reclamações sobre pessoas que pagaram suas inscrições, se inscreveram no processo seletivo, fizeram a prova, passaram, deixaram ali registrado os seus dados, os seus telefones, seus e-mails e todos os meios de contato. No entanto, não foram cientificados, em tempo hábil, de ampla forma divulgada, do resultado da prova de seleção, a chamada e a convocação. Afirmou que essa foi a reclamação que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 recebeu. Disse que a reunião de hoje (a em curso) foi bem divulgada nos meios de comunicação do Conselho e, também pelo WhatsApp para os conselheiros, inclusive para aqueles que já fizeram as provas e se queixavam desse mesmo problema. Acrescentou o que fora ali esclarecido pela Sra. Paula Travassos com relação ao concurso, foi o cronograma com datas e números de inscrições, aprovados e dos que foram chamados. Porém, com relação àqueles demandantes, àqueles que reclamaram sobre esse processo, eles (do Conselho Distrital da AP 5.2) não estão satisfeitos com as explicações dadas porque os demandantes não

estavam ali para falar: "meu nome é fulano de tal, eu fiz essa prova e o que foi dito aqui nessa reunião não satisfaz o meu esclarecimento" ou "eu fiz a prova e realmente as informações que vocês trouxeram aqui satisfaz as minhas indagações e as minhas insatisfações". Concluiu a fala dizendo que, como a representação do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 virou um ponto de pauta, espera que nessa reunião que está bem difundida, possa lhe ser dada (à presidente Neide) a oportunidade de levar uma fala àqueles que foram ao Conselho daquela área fazer uma reclamação. Então, a **Sra. Paula Travassos**, com a palavra, disse achar que existe algum ruído nessa comunicação, porque o processo seletivo do Edital 139/2021, cuja inscrição começou em vinte e três de agosto e foi até o dia trinta de agosto, não teve inscrição paga e tampouco teve prova. Informou que se refere a um edital que aconteceu esse ano, de um processo que foi todo remodelado para atender às necessidades do dia a dia. Acrescentou que está achando estranho, porque o edital que foi publicado continha os critérios para a seleção como, por exemplo, a inscrição não paga, a inscrição feita por meio de um "link" e os documentos necessários para a comprovação da pontuação alcançada. Esclareceu que quando publicam a relação dos classificados, essa relação é uma pré-classificação e que irão convocar as pessoas para uma próxima etapa, que é a etapa do comprobatório, apresentação dos documentos e dos títulos que os participantes do concurso informaram no momento da inscrição. Disse que o contato para essa convocação é feito quarenta e oito horas antes através do e-mail informado pelo candidato no ato da inscrição, bem como por contato telefônico que o candidato informou, também no ato da inscrição. Por fim, disse que é preciso saber de qual edital a conselheira se refere, porque as informações ali chegadas, não faz sentido. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco**, com a palavra, disse que aproveita esse esclarecimento para agradecer muito a presença da Sra. Paula Travassos ali, no caso, representando a RioSaúde e, mais uma vez, pede que se houver alguém interessado na questão assistindo à reunião, que fosse dada a essa pessoa a oportunidade de se manifestar para que seja clarificada a situação, porque parece que está ocorrendo um ruído e que existe a possibilidade de insucesso na reunião com essa pauta, porque não estão falando do mesmo processo seletivo. Contou o que foi trazido ao Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 está no Ofício nº 70, que foi levado ao Conselho Municipal de Saúde e trazido, agora, como ponto de pauta. Diante desses fatos, entende que será melhor que tivessem mais e mais esclarecimentos, até daqueles que se manifestaram reclamando para que a RioSaúde, então, possa satisfazer essa necessidade de esclarecimento. Mais uma vez, agradeceu a oportunidade e disse que irão ver e rever a situação daqueles que se queixaram e saber qual o edital se referem, porque o que trouxeram ao Conselho Municipal de Saúde foi o que receberam no Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2. Que nesse contexto, não tem como dizer alguma coisa, decidir ou definir algo no sentido de estarem falando sobre este ou aquele edital porque os reclamantes, também, não trouxeram para aquele Conselho Distrital o número do edital, apenas se queixaram de não terem sido chamados, convocados e cientificados, sentindo-se, assim prejudicados e postergados. Disse, ainda, achar bom que a Sra. Paula Travassos tenha perguntado a qual edital se refere as pessoas que se sentem prejudicadas no processo de seleção, pois entende que talvez fosse por aí, que comecem, mais uma vez, a pedir esclarecimentos sobre o tema. Então, a **Sra. Paula Travassos** argumentou que, enquanto representante da RioSaúde, desconhece e quer saber quem são esses Agentes Comunitários e qual é o contato de telefone

deles, porque o processo seletivo da AP 5.2 para agente comunitário, feito pela RioSaúde no ano de 2021, é do Edital número 139. Esse edital foi publicado em Diário Oficial com todos os critérios de pontuação bem documentados e composto de três etapas: a primeira é a etapa da inscrição que não é paga e feita pelo "link"; a segunda é a etapa comprobatória onde os agentes comunitários são convocados com quarenta e oito horas de antecedência por e-mail que eles próprios informaram no ato da inscrição e, também, por contato telefônico. Depois, vem a admissão que, também, é feita com quarenta e oito horas de antecedência. Em seguida, pediu aos que se queixaram por não terem sido avisados e por não terem tomado conhecimento, que entrem em contato com a RioSaúde por meio do e-mail ou até do próprio contato telefônico dela (da Sra. Paula Travassos) para que possa entender o que está acontecendo. Disse, ainda, achar possível que esses reclamantes estejam se referindo a algum processo que eles tenham feito em anos anteriores. Afirmou que o do ano de 2021 não foi, porque esse processo foi todo remodelado para atender às necessidades das Áreas Programáticas e para que a RioSaúde conseguisse reduzir o número de vagas que existe nas Equipes de Saúde da Família, porque o interesse da RioSaúde é recompor essas equipes para que possam prestar o devido cuidado à população. A seguir, dirigindo-se a conselheira Neide Maria Neres Tinoco disse que, realmente, não faz sentido esses questionamentos. Pediu para que os reclamantes façam contato com ela (a Sra. Paula Travassos que forneceu o número do seu telefone pessoal) ou que a conselheira apresente os nomes deles, porque na Diretoria de Gestão de Pessoas e na Diretoria de Operações da RioSaúde tem a relação nominal com contatos telefônicos, e-mails e as datas em que os e-mails foram enviados, bem como a data em que foi realizado o contato telefônico. Após, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, com a palavra, disse que o **conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior** perguntou pelo "chat" se todas as etapas desse processo foram divulgadas em Diário Oficial. A **Sra. Paula Travassos**, mais uma vez, repetiu que todas as etapas são divulgadas em Diário Oficial, sim. A seguir, foi passada a palavra ao **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** que disse que queria dar sua contribuição nessa questão do processo seletivo. Contou que acompanhou muito de perto o processo seletivo de 2020 na AP 5.1 e foi uma das pessoas que mais questionou a respeito dele, por entender que selecionar pessoas somente levando em conta o caráter social e muito pouco profissional, não seria legal. Disse que fez o processo seletivo de 2020, conseguiu entrar e hoje, apesar de ter que trabalhar muito em questionamentos para que conseguisse essa vaga, está trabalhando como Agente Comunitário. Acrescentou que não é porque ele (o conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes) foi beneficiado por esse edital de 2020 que deixará de falar que, uma nova Gestão entra para tentar mudar alguma coisa e, embora já tenha ocorrido uma discussão, um debate no Conselho Municipal de Saúde, que não consegue entender até hoje por que na nova Gestão, a RioSaúde assume o controle para fazer o processo seletivo para Agente Comunitário de Saúde seguindo a linha da Gestão anterior com um processo totalmente equivocado. Disse ver que a Gestão está cada vez mais dificultando e dando garantias a Agentes Comunitários de Saúde, sejam eles bons ou maus profissionais para que retornem à atividade, sem dar oportunidade a outras pessoas que também esperam uma oportunidade. Acredita que mais adiante, essa situação venha a se transformar porque é uma proposta do Secretário Daniel Soranz, de renovar e fazer as coisas funcionarem. Contou que está há um mês e meio na AP 5.1 e vê que caíram num retrocesso, pois observa como

funciona, hoje, a estratégia da Saúde da Família. Falou da dificuldade existente para alguns candidatos que necessitam de certas tecnologias para acompanharem esse processo porque sem essa tecnologia, ficarão sempre de fora e às vezes, as coisas já aconteceram e o candidato nem ficou sabendo, embora a RioSaúde fale que as pessoas estão sendo comunicadas, estão sendo chamadas. Por fim, disse que é a sua contribuição e acha que o Conselho Municipal de Saúde deve trabalhar muito para tentar ajudar a Gestão a melhorar esse cenário para os próximos concursos. Novamente, com a palavra, a **Sra. Paula Travassos** colocou que, com relação aos processos seletivos de 2020, não foi ela, sua equipe e as pessoas responsáveis por eles, pois só chegaram à RioSaúde em 2021 quando, então, identificaram algumas falhas nos processos anteriores e, por isso, os remodelaram, trazendo um critério de pontuação permitindo que tanto Agentes de Saúde novos e antigos possam participar. O primeiro critério é a comprovação de experiência profissional como Agente Comunitário de Saúde, onde se pontua, minimamente, o agente que tem um ano de experiência, podendo ser pontuado até dez anos de experiência. Justificou que dessa forma valorizam o profissional que já atuou na cidade do Rio de Janeiro. O segundo critério de pontuação é ter o curso de Técnico de Agente Comunitário, embora saibam que nem todos têm e que a maioria não o possui. Porém, nesse caso, oferecem uma pontuação diferenciada para esse agente. O terceiro é ter o curso Técnico de Enfermagem e o quatro é comprovar experiência na área da Saúde, na área da Educação ou na área da Assistência Social com pelo menos um ano. Então, com isso, a gente promove que outros atores e outros candidatos possam participar desse edital. Disse que dessa maneira, pode não ser o ideal, mas é muito diferente do que tinham anteriormente, pois que, hoje, a RioSaúde oportuniza que todas as pessoas que têm experiência na área da Saúde, na área da Educação, que tenha o curso Técnico de Enfermagem ou Técnico de Agente Comunitário de Saúde ou mesmo que tenha tido experiência como Técnico Comunitário possa ter a sua pontuação. Explicou o que muitas vezes acontece é que, no momento da inscrição, as pessoas acabam colocando informações que na etapa seguinte, na etapa comprobatória e no momento delas apresentarem os documentos, as declarações e as certidões, elas não conseguem comprovar. E, se elas não conseguem comprovar, as classificações delas mudam e, em até algumas situações, elas podem ser desclassificadas. Então, torna-se necessário fazer algumas separações para entender o que está falando. Disse que esse é um processo novo, remodelado para atender às necessidades e melhorar. Para isso, estão ouvindo as críticas, mas também não podem deixar seguir sem uma marcação porque o contato telefônico é feito, a publicação no Diário Oficial acontece. Então, à medida que o candidato se inscreve, ele tem acesso ao cronograma e lá estão todas as datas. À RioSaúde cabe dar publicidade, fazer o contato, enviar o e-mail e tudo isso a RioSaúde tem feito. São quatro oportunidades de contato: Diário Oficial, site da RioSaúde, e-mail e telefonema. Mediante todos esses recursos, se a pessoa se inscreveu num edital, ela precisa acompanhar o cronograma. Tomando a palavra, a **conselheira Márcia da 5.2** contou que em 2020 fez a inscrição para o concurso e também não recebeu nenhum e-mail e nenhum telefonema para se apresentar. Quando se apresentou, no dia seguinte, o prazo havia expirado e diante desse episódio, reclamou no Conselho Distrital de Saúde. Após, disse que aconteceu a mesma coisa com o seu filho, que fizera a inscrição para o concurso do Edital número 139/2021 e da mesma forma, não recebeu nenhum e-mail e nenhum telefona para se apresentar, embora, dessa vez estavam acompanhando pelo Diário Oficial.

Aconteceu que, quando viram no Diário Oficial que seu filho teria que se apresentar em Botafogo, já tinha passado o horário de se apresentar porque iria até ao meio dia. Por fim, disse que foram dois fatos que aconteceram na casa dela onde não foram comunicados pela RioSaúde nem através de e-mail e nem por telefone. Novamente, com a palavra, a **Sra. Paula Travassos** dirigindo-se, especificamente à conselheira Márcia da AP 5.2, disse-lhe que o concurso que ela tinha feito, o de 2020, foi encerrado em agosto. Com relação ao do filho dela, acredita que está ocorrendo alguma dificuldade de entendimento porque o que foi encerrado ao meio dia de três de setembro foi o prazo para recurso. Que no dia seis de setembro foi apresentado o resultado dos recursos com a pré-classificação e que, provavelmente, o filho dela estaria na relação de classificados porque a RioSaúde fez a convocação e a classificação para algumas Unidades. O processo seletivo da AP 5.2 não acabou, pois chamaram algumas pessoas para um grupo de Unidades e que terão o próximo comprobatório no dia primeiro de outubro para outro grupo de Unidades. Então perguntou à conselheira se o filho dela não teria feito o concurso para outro grupo de Unidades? A **conselheira Márcia da AP 5.2** respondeu-lhe que foi para a Clínica da Família Bruno Smith. A **Sra. Paula Travassos** disse que essa informação não procede porque a RioSaúde não fez nenhuma convocação para a referida Clínica da Família. Explicou que uma coisa é a classificação, a outra coisa é a convocação. Que convocaram pessoas para as Clínicas da Família Arthur Zanetti, Everton de Souza Santos, Mário Vitor, Dr. Hans, Sônia Maria Ferreira Machado, Ana Gonzaga, Dra. Myrtes e Garfield de Almeida. Em seguida, a **conselheira Márcia da AP 5.2** informou que no Diário Oficial constava o nome do filho, a classificação e o nome da Clínica. Novamente, a **Sra. Paula Travassos** explicou que no Diário Oficial sai uma relação com a classificação e que após a RioSaúde irá chamar os classificados para fazer a parte comprobatória e que o filho da conselheira até agora, não perdeu nada, a não ser que tivesse que fazer o recurso e não o fez. Ainda a não ser que ele fez o processo seletivo para uma Clínica a qual a RioSaúde ainda não convocou ninguém para a apresentação dos documentos. Quanto ao processo seletivo feito pela conselheira, a **Sra. Paula Travassos** informou que está perdido, porque foi realizado em 2020 e o prazo de validade desse banco encerrou em agosto de 2020. Com a palavra, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** agradeceu à Sra. Paula Travassos o fato de a RioSaúde ter enviado um representante para os esclarecimentos que foram bastante esclarecedores. Acrescentou quando os Conselhos tiverem algum candidato que não tenha compreendido ou esteja se sentido perdido, como é o caso da Sra. Márcia com o filho, que procurem a RioSaúde, pois como a RioSaúde tinha ido à reunião, ela também está aberta para tirar as dúvidas, até porque a dúvida de um, pode também ser a dúvida de outro. Após, a **Sra. Paula Travassos**, também, agradeceu a oportunidade de participar e passou para os presentes um e-mail para onde as dúvidas podem ser encaminhadas: canalrh.riosaude@gmail.com. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** também agradeceu os esclarecimentos. Prosseguindo a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao ponto três de pauta: Apresentação e deliberação do Plano Municipal de Atenção às Redes de Urgência e Emergência do SUS. Assim, o **Dr. Paulo Silveira**, Superintendente da Rede de Hospitais de Urgências e Emergências do Município do Rio de Janeiro, deu início à apresentação. Depois de ter feito a apresentação, disse que submete à aprovação dos conselheiros, a atualização feita já que o Plano em si estava aprovado. Informou que o Plano está disponível em PDF e quem não recebeu que, poderá disponibilizar

o e-mail no "chat" o qual encaminhará essa atualização. Agradeceu o convite e o espaço recebido. A seguir, esclarecendo a dúvida da **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti**, quanto ao que seria a atualização à qual essa apresentação se refere, o **Dr. Paulo Silveira** explicou que, na verdade, a parte um é uma atualização da fase um e dois. Esclareceu que o Plano é composto de cinco fases e as fases um e dois já estão aprovadas tanto pelos conselheiros, quanto pelo Ministério da Saúde. Por conta dessa nova atualização, está fazendo uma apresentação para que os conselheiros entendam do que se trata essa atualização nas fases um e dois e pedem uma nova aprovação. Acrescentou que na sequência será feito o pedido de nova aprovação para as fases três, quatro e cinco e depois, sim, haverá investimentos financeiro. A seguir, com a palavra, a **conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti**, fazendo um comentário, disse achar que as causas externas não são a primeira causa de morte na população jovem do mundo todo, pois entende que as causas cardiovasculares, neoplasias e as causas externas estão no quarto lugar, talvez, sejam em todo o Brasil. Porém, no Rio de Janeiro, sobre a mortalidade por causas externas, existe na população jovem, principalmente, masculina e negra. Por isso, não deve ser considerada como dentro de uma normalidade ou naturalidade. A seguir o **Dr. Paulo Silveira** disse que sua intenção é dizer que, infelizmente, as causas externas são a principal causa de óbito em gente jovem no mundo inteiro. Contou que é cirurgião, trabalha com trauma, frequente e já esteve em Centros de Traumatologia no mundo todo e estuda sobre o assunto. Sabe que esse fato não tem que ser dito como uma coisa comum, muito pelo contrário. É necessário que, cada vez mais, se faça uso de cintos de segurança, capacetes e outras medidas de orientação para que se evite essa causa de óbito. Por fim, disse que a conselheira está certa e por algum acaso se fez entender errado pede desculpas se fez parecer que o fato é natural. Prosseguindo, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, passou a palavra à **conselheira Valeska Holst Antunes** que pediu ao Dr. Paulo Silveira, se possível, desse um panorama mais detalhado sobre o item das equipes do PAD-Programa de Atenção Domiciliar, porque têm recebido no Sindicato uma série de queixas, inclusive, denúncias sobre condições de trabalho, defasagem etc. Perguntou como está o diagnóstico atual das equipes do PAD e se já existe um plano de reestruturação dessas equipes? O **Dr. Paulo Silveira** respondeu que o PAD vem sendo reestruturado e que, hoje, têm as bases do PAD em todas as grandes Unidades de Saúde que atendem o paciente e, de acordo com uma necessidade ali identificada, em nível de hospital, esse paciente é colocado no Programa depois de passado por uma auditoria. Contou que no Rio de Janeiro, esse serviço é terceirizado para uma Organização Social. A ideia deles é ampliar para outros hospitais, mesmo os de menor porte para poder ter maior abrangência e, também, rever esse contrato. Explicou, ainda, que esse Programa, o PAD, não está diretamente ligado a ele como Superintendência, pois existe uma área separada dentro da Subsecretaria, mas estão trabalhando no sentido de ampliar o atendimento de pacientes para desospitalizar. Falou que sabe que existem duas metas mas diminuir a demanda, imediatamente, não conseguem e até conseguirão quando a Atenção Básica melhorar, quando o paciente tiver melhor cuidado na Atenção Básica e melhor atendimento de forma mais clara como o cuidado da hipertensão, da diabetes sendo feito, o paciente vai procurar menos o hospital. Dessa forma, a demanda diminuirá, mas esse é um trabalho que tem que ser feito gradualmente. A outra porta é a porta de saída: a alta ou o acompanhamento domiciliar. Contou que estão trabalhando nas duas metas e que a SUBPAV está bem envolvida com o

fortalecimento das Clínicas de Família e a SUBHUE com a parte de reestruturação do Programa de Atendimento Domiciliar e que estão sendo feitos novos convênios, novas revisões e pesquisas com o sentido de melhorar esse cenário. A seguir, a **conselheira Valeska Holst Antunes** perguntou quantas equipes estão em funcionamento, hoje, e dessas quantas estão completas? O **Dr. Paulo Silveira** respondeu-lhe que, no momento, não tem essa informação porque precisa consultar a Coordenação do Programa e que disponibilizará o telefone no "chat", o e-mail e, então, repassará a resposta de forma muito clara e imediata. Na sequência, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, informou que o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** perguntou o que é UPA 1, 2, 3? O **Dr. Paulo Silveira** explicou que as UPA's são classificadas de acordo com a população que atendem e o número de leitos que estão dentro delas. Esclareceu se uma UPA atende uma população de cem mil a duzentos mil, é classificada como UPA porte 2, se atende uma população maior de duzentos mil, é classificada como UPA porte 3. Esclareceu ainda que são nos leitos que os pacientes ficam durante o atendimento, porque as UPA's são Unidades de pré-atendimento; os pacientes não ficam internados, eles recebem o atendimento inicial, o diagnóstico e o tratamento, mas, posteriormente, são transferidos para uma Unidade de Alta Complexidade Hospitalar. As UPA's porte 2 têm três leitos de atendimento e sala vermelha. A de porte 3 têm quatro leitos de sala vermelha para atendimento desses pacientes. Dando seguimento, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, colocou em votação a aprovação do Plano Municipal de Atenção às Redes de Urgência e Emergência do SUS, anunciando, em seguida, a aprovação por maioria simples. Após, passou ao ponto quatro da pauta: Esclarecimentos a serem prestados pela SMS sobre a implementação de ações e programas vinculados a Política de Saúde da População Negra no Município do Rio de Janeiro. O **Dr. Rodrigo** da Promoção de Saúde da SMS, com a palavra, depois de agradecer o convite para falar do tema, disse que estava, ali, juntamente com a Dra. Amanda, Coordenadora da Coordenação de Políticas e Ações Intersetoriais para conversar sobre o que têm desenvolvido pela Coordenação no que diz respeito à questão da saúde integral da população negra. Então, a **Dra. Amanda**, psicóloga, servidora da Saúde, deu início a uma breve apresentação dos esclarecimentos pertinentes ao assunto e, em seguida, passou a palavra ao **Dr. Rodrigo** que prosseguiu com eles. Ao final, disse estar disponível para as perguntas dos conselheiros com dúvidas. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse ficar feliz em ver a Dra. Amanda, velha conhecida de outras batalhas e, quanto ao Dr. Rodrigo, disse ainda não ter tido a oportunidade de conviver com ele ao longo das estratégias das batalhas pela sobrevivência da Saúde. Disse desejar que os conselheiros presentes percebam, embora não esteja falando dos servidores Dra. Amanda e Dr. Rodrigo como ao longo dos últimos anos, não houve estratégia alguma para a saúde da população negra, ao ponto de que os dois servidores destacados pela Gestão para trazer a pauta para o Conselho, para falar sobre qual o status atual da política, entraram para trabalhar no Programa a partir de maio e não conseguiram, ainda, apresentar ao Conselho, apesar de estar estruturado desde 2005, um documento sequer que aponte quais são as conjunturas atuais. Chamou a atenção para a gravidade do fato de já estarmos em setembro e a Gestão não ter, ainda, atentado para a realidade de que a maioria da população carioca que é negra, juntando os índices de população de pretos e pardos e que não tiveram a atenção devida. Explicou quando se instituiu a Política Nacional de Saúde da População Negra, foi porque se configurou de forma

inequívoca, que existe diferença, tanto do ponto de vista do índice de diagnóstico, como do ponto de vista de determinados campos de doença e, muitos, inclusive, não puderam ser expostos pela Dra. Amanda. Como por exemplo, um aumento expressivo de sífilis na gestação, que não leva à morte materna, mas traz danos graves e sequelas no desfecho em relação ao bebê que vem chegando. Falou que são doenças tratáveis, mas que têm alta incidência nas gestantes negras. Acha essa situação um escândalo e deseja deixar registrado que isso não é um manifesto em relação à Dra. Amanda ou aos técnicos. Solicitou que o Conselho Municipal de Saúde se manifeste em relação a isso e dê um prazo para a Secretaria de Saúde apresentar um Plano concreto (explicou que plano contrato é: ação x – dinheiro x, porque sem dinheiro não é Plano). Disse que infográfico é muito legal, guia de identificação é importante, é relevante, porque o racismo está presente e desconhecer a doença de uma população que não se tem interesse de que se mantenha viva, mas fala de enfrentamento de atendimento à violência e de muitas outras questões para além da própria mortalidade materna. Dirigindo-se à Dra. Amanda disse que se fala menos nesse momento, não é porque o assunto “mortalidade materna” não seja relevante, mas porque sobre ele, o Conselho Municipal de Saúde já tinha visto "encher o saco" nos últimos três meses. Contou que a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde decidiu apoiar a elaboração de uma carta manifestando que o Secretário de Saúde atenda o Comitê de Mortalidade Materna o quanto antes. Que, como representante desse Conselho no Comitê Técnico de Saúde da População Negra, acompanha a dinâmica de lá e entende que esse Conselho de Saúde tem que cobrar uma demanda específica num prazo de sessenta dias e receba um documento de fato, porque o que os técnicos trazem não é uma política. São iniciativas que eles estão tocando. Não conseguiram trazer sequer o que aconteceu no passado porque, provavelmente, não devem ter encontrado, não deve estar em lugar nenhum ou porque nada aconteceu mesmo. Acrescentou que essa cidade merece atender metade da população de forma digna e tem que estar previsto como estas situações serão enfrentadas, inclusive em relação ao tratamento diferenciado, sim. Porque sabe que a pessoa preta, hipertensa e diabética vai procurar menos o acesso a medicamentos. Por isso, o Agente Comunitário de Saúde tem que ser instado a buscar mais essa pessoa que vai buscar menos. Isso é Política de Saúde da População Negra voltada para manter essas pessoas vivas e com saúde. Após agradeceu aos apresentadores por terem vindo trazer as iniciativas que trouxeram e disse que o Conselho Municipal de Saúde não pode aceitar que a Política que existe para enfrentar as questões da iniquidade em relação à raça/cor na cidade não esteja estruturada e consiga demonstrar, inclusive de forma inequívoca qual é a real situação e o que se pretende alcançar. Solicitou à Dra. Amanda que disponibilize quais foram as contribuições que fizeram para a Cartilha de Serviços, porque tem certeza de que existem pessoas presentes à reunião que nas suas diversas experiências, seja no campo de usuários, seja no campo de profissionais de saúde, podem com certeza dizer que nem sempre o que está na Cartilha de Serviços da SUBPAV é o que, realmente, acontece na ponta, pois qualquer conselheiro distrital pode afirmar isso e ela (Dra. Amanda), também, porque conhece bem a realidade. Por fim, disse que precisam reconhecer se o que foi colocado na Cartilha de Serviço é o que atende aos segmentos que estavam ali representando e que estão dispostos ao embate com a Secretaria. Dirigindo-se à Presidente do Conselho, Maria de Fátima Gustavo Lopes, disse que esse é o seu encaminhamento e que seja dado um prazo de sessenta dias para que a Secretaria

apresente um Plano concreto em relação à Política Nacional de Saúde da População Negra. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, com a palavra, disse que faz coro com a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, no que diz respeito à indignação dos fatos trazidos. Entende que é inadmissível que esse governo que assumiu em janeiro, só agora em maio, contacta técnicos para fazer um trabalho que é apresentado incompleto. Disse para eles (os negros) desse país é algo muito esquisito entender todo esse processo de tornar invisível o povo negro. Mas, que estão dentro de uma Secretaria Municipal de Saúde que desde janeiro até maio, não contabilizou quantas mortes de negros aconteceram por covid-19. Por isso, tem que concordar com a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, ficando evidente que têm que dar um prazo para que a Secretaria apresente algo concreto em prol da saúde da população negra, que é a mais visada nesse processo, haja visto, que hoje estão a beira dos seiscentos mil mortos pela covid-19 e não sabem, até agora, quantos negros morreram, principalmente, as negras que estavam gestantes. Afirmou que precisam ter esses dados e não os têm. Por fim, parabenizou os apresentadores do tema por estarem dando a cara à tapa e falou que precisam seguir em frente porque a luta deles tem que ser conseqüente, organizada e coletiva. Com a palavra, **Dra. Amanda** que agradeceu as considerações da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e do conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes e afirmou que de fato, não tinham a pretensão de responder as questões porque não tinham elementos sobre as ações e políticas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Então, trouxeram os elementos referentes às iniciativas que conseguiram para iniciar nos últimos cinco meses em uma Coordenação que um dos eixos é a saúde integral da população negra. Falou que acha importante dizer que não estará mais na Coordenação de Políticas e Ações Intersetoriais. Porém, enquanto servidora da Saúde, implicada nas pautas da questão do enfrentamento das violências, da mortalidade materna, do combate à violência obstétrica da saúde da população negra e da diversidade sexual, se coloca disponível para contribuir nesse plano. Entende que é fundamental que essas ações estejam integradas e acordadas com os movimentos sociais e o Conselho Municipal de Saúde. Ainda que a equipe entenda a gravidade da situação e sabem que é importante ter esse diagnóstico organizado, infográfico consolidado e um plano operativo que, de fato, se expresse nas práticas de saúde na Atenção Primária, na Atenção Hospitalar Especializada, na Rede de Saúde e na Rede Intersetorial; que, de fato, o quesito raça/cor seja um diferencial para que a partir dos dados possam pensar em ações e práticas concretas. Concluiu dizendo o que fizeram, fora um exercício de considerações e contribuições para a carteira de serviços. Porém, como a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida bem falou não é suficiente porque qualquer documento que façam, precisa de um processo para ser implementado e divulgado com discussões com as equipes envolvidas para que essas práticas, de fato, venham a reduzir as iniquidades de saúde que, especialmente, a população negra sofre. Deixou registrado que, enquanto servidora da Saúde, se coloca disponível para a construção desse plano. A seguir, o **Dr. Rodrigo**, também agradeceu e, depois, dirigindo-se ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, disse que o conhecia do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1 e que gosta muito dele, pois é seu fã, porque o conselheiro tem falas muito contundentes. Após, dirigiu-se à conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e disse que faz coro com o que ela disse, por trazer falas importantes. Completou a fala, dizendo que, como servidor da Saúde, coloca-se à disposição e que estará sempre com essas pautas relativas à saúde da população negra e à

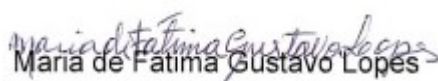
saúde da população LGBT. Enfim, com as vulnerabilidades. Acha que nesses três meses em que está compondo a Coordenação, fez o possível na busca do conhecimento daquilo que os conselheiros se referem: o tamanho do problema, para poderem propor ações concretas e, sobretudo, acompanhar essas ações. Na sequência, com a palavra, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, disse que não entendeu como ficará a composição da Coordenação. Então, a **Dra. Amanda** respondeu que não sabe e que ela (Dra. Amanda) ficará até o final de setembro, quando fará um relatório com iniciativas mais detalhadas e caso seja demandado, poderá encaminhá-lo ao Conselho Municipal de Saúde. Depois, a Superintendência indicará uma nova Coordenação, mas por enquanto o Dr. Rodrigo faz parte da equipe e segue acompanhando e ela (Dra. Amanda), como servidora, ainda não sabe para onde irá. Diante dessa resposta, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, dirigindo-se aos conselheiros pediu-lhes que vissem qual é a fragilidade da pauta: de gente que não é gente, gente preta não é gente e não merece nem ter estabilidade na Coordenação. Pediu à Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki, que seja registrado em ata, que ela (conselheira Morgana) solicita que no ofício que será elaborado, em relação ao delineamento da proposta do Plano, que conste o status atual dos documentos e o que foi produzido pela Coordenação até o dia trinta de setembro, segundo consta a situação exposta. A **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** pediu à conselheira que fizesse essa solicitação por e-mail. A **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** agradeceu a presença da Dra. Amanda e do Dr. Rodrigo no Conselho e disse que a Coordenação é sempre bem-vinda para trazer temas, ações e propostas e, com certeza, contam com a Coordenação para incrementar as ações da Política da População Negra. Dando prosseguimento à pauta, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** passou ao ponto cinco da pauta: Apresentação do trabalho individual de cada Comissão Temática – 30 minutos. **5.1** – Apresentação: “Comissões e Grupos de Trabalho nos Conselhos Distritais de Saúde”, **5.2** – Apresentação: “SUS: Princípios, Diretrizes e o Controle Social – 31 anos da Lei 8080”. Anunciou, então, a **estagiária Taynara, AP 4.0**, que, naquele momento não pode fazer a apresentação porque o computador dela travou, conforme informação da estagiária Ana Caroline (AP 2.2) e que, diante da situação teve a orientação da Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki para fazer a apresentação do subitem 5.2 do ponto em tela. Com a palavra, a **estagiária Ana Caroline** se apresentou como graduanda em Saúde Coletiva da UFRJ, estagiando no Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2. Informou que, infelizmente, terá que cortar partes da apresentação que fará, devido ao tempo reservado aos outros pontos da pauta e, também, porque falar sobre o SUS, um Sistema amplo e complexo, é necessário tempo. Porém se coloca à disposição para tirar quaisquer dúvidas através do e-mail. A partir daí, deu início a apresentação. Ao término da apresentação, disponibilizou o seu e-mail caso reste alguma dúvida entre os conselheiros. Agradeceu pelo espaço, pela oportunidade da fala e pela troca de conhecimento que é essencial, principalmente, no que se refere à prática. Após, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** agradeceu à estagiária Ana Caroline fazendo referência à ótima apresentação feita por ela. Depois, passou a palavra à **estagiária Taynara, AP 4.0** para que fizesse a apresentação do subitem **5.1** do ponto 5. Primeiramente, a estagiária pediu desculpas pelo ocorrido anteriormente, quando não foi possível fazer a apresentação. Assim sendo, deu início a sua apresentação que, mais adiante foi interrompida porque, segundo informação da estagiária Ana Caroline, faltou luz na

casa da apresentante (Obs: no dia da reunião ocorreu uma ventania muito forte que derrubou a energia elétrica em muitos bairros na cidade do Rio de Janeiro). Mediante ao fato, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** disse que compartilhou a apresentação da estagiária Taynara no grupo. Em seguida, colocando na tela a referida apresentação, fez a leitura do que nela estava registrado sobre a Comissão encarregada de organizar a Conferência e que era o que faltava para a conclusão dela (da apresentação). Dando continuidade, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** parabenizou as duas estagiárias pelo trabalho e disse que conta com elas no Plano Municipal de Saúde. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, com a palavra, além de dar os parabéns às estagiárias disse achar muito interessante esse momento, pois pequenos temas podem ser sempre trazidos em apresentações de objetivas e que servem para o fortalecimento da Educação Permanente. Entende que a Secretaria Executiva e, também, outras pessoas que fazem parte da Comissão de Educação Permanente podem seguir listando assuntos que irão virar apresentações breves e que sirvam de instrumentos de fortalecimento dos conselheiros. Deu como sugestão as próprias políticas de Áreas, não só as Políticas de Saúde, mas o que existe do ponto de vista das Políticas dos deveres em relação às políticas de segmento. Dando seguimento à pauta, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** listou as Comissões Temáticas para os informes. Considerou que as apresentações realizadas no ponto 5 fazem parte dos informes da Comissão de Educação Permanente. A seguir, a **suplente de conselheiro Solane Leonor Carvalho de Lima** trazendo um informe da Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas disse que gostaria de destacar e deixar bem marcado que hoje, dia vinte e um de setembro é comemorado o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Contou que muitas pessoas com doenças raras são pessoas com deficiência e esse dia é um dia de conscientização pela luta desse segmento social tão esquecido e tão invisível socialmente. Acrescentou que a Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas deixa o registro, a homenagem e a saudação à todas as pessoas com deficiência e doenças raras, sempre lembrando a importância do cumprimento da Política Nacional de Atenção à Saúde às pessoas com deficiência, que, infelizmente, está muito longe de atender na prática e lá na ponta, onde a gente vive, o cumprimento dessa legislação. Lembrou da importância dessa data que começou em mil novecentos e oitenta e dois com o movimento de luta dos protagonistas, das pessoas que vivem essa realidade e foi oficializada em 2005. Pela Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que haviam recebido para avaliação da Presidência do Conselho, o convite para o lançamento do Seminário Nacional da Saúde da Mulher que vai discutir os desdobramentos da Segunda Conferência Nacional da Saúde Mulher que aconteceu em 2017. Explicou que esse é um dos documentos que subsidiaram a Conferência Municipal de Saúde e que esse Seminário Nacional terá caráter regional. Informou que o lançamento será na sexta-feira e que enviará tudo, de novo, para a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki para que ela (Carmem) possa remeter para todas as conselheiras. O evento é aberto para todos os conselheiros de saúde e as etapas vão acontecer nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de outubro, no caso da etapa sul/sudeste. Informou ainda que será feita de forma conjunta de caráter regional e que serão quatro Seminários até a chegada da etapa Nacional. Contou que entrou em contato com uma pessoa do Rio de Janeiro, que também, faz parte do Comitê Intersetorial que tem discutido o Seminário Nacional de Saúde da Mulher e já

a informou que é interesse dessa Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva e de parte do Conselho Municipal de Saúde fazer o acompanhamento dessa Conferência. Pediu para os conselheiros distritais fazerem a distribuição desse informe, em especial, para entidades e agrupamentos que discutem a situação da mulher em seus territórios. Saliou que é muito importante o máximo de pessoas que atuam na questão da mulher estejam presentes dentro do Seminário Regional cujo lançamento do processo organizativo será na próxima sexta-feira, à noite, via Facebook e Youtube do Conselho. Disse, ainda, que colocará as informações no grupo para que nenhum conselheiro pense que se trata de "mêmo" ou mais um e-mail oriundo da Secretária Executiva. Que quando aparecer a palavra "Mulher", cada conselheiro e cada conselheira não ignore e que faça o repasse para outras mulheres que, com certeza, devem estar interessadas e preocupadas com o desdobramento da sua saúde. Solicitou a mobilização de todos nos territórios em prol da participação da cidade do Rio de Janeiro no Seminário Nacional de Saúde da Mulher. Na sequência da pauta, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, passou ao ponto seis da pauta: Informes dos Conselhos Distritais de Saúde. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires**, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 no Conselho Municipal de Saúde, informou que tiveram de desocupar a sala onde o Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 funcionava. Contou que o Conselho Distrital foi avisado que estavam precisando da sala que ocupava para a prestação de outro serviço com as estagiárias da UFRJ. Diante disso, disse que tiveram de aceitar o que eles tinham para oferecer e se mudaram para uma sala menor que lhes foi oferecida, onde não ficaram bem acomodados, pois por ser menor não atende às demandas do Conselho Distrital e espera que essa situação seja provisória. Informou, também, que a reunião que teriam no Conselho Distrital de Saúde naquele dia, foi transferida para o dia 28. Disse que nessa reunião (a do dia 28), o Alexandre fará a apresentação do "Projeto Comunidade Compassiva", um projeto iniciado em maio na Rocinha e que tem parceria com a Faculdade de São João Del Rei e a UFRJ. Nesse projeto, alguns profissionais de saúde, inclusive médicos, atuam na comunidade com pacientes idosos, deficientes físicos em fase terminal com câncer e outras doenças que, muitas vezes com pouca assistência têm porque é sabido que a Saúde Pública faz, porém tem muito mais a fazer porque não consegue dar conta da demanda que é muito grande. Prosseguindo, o **conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro** do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, com a palavra, agradeceu à estagiária Ana Caroline e a servidora Andrea Viola em reconhecimento aos bons préstimos que estão fazendo na AP 2.2. Em seguida, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki** leu mensagem deixada pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes, onde a Presidente se desculpou, pois também está com problemas com a internet devido aos ventos fortes e agradeceu a todos a participação na reunião. Prosseguindo, o **conselheiro José Cosme dos Reis** informou que a sala onde está instalado o Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3 está em estado deplorável e com muitos vazamentos, a ponto de trabalharem com os pés dentro d'água. Disse que os fios elétricos estão expostos por todo lado e, os aparelhos de ar condicionado com problemas nas tomadas, além do mobiliário está sendo comido pelos cupins, tornando inviável a guarda de documentos nele. Então, precisam, com urgência, que seja feita uma ampla reforma na sala ou a transferência para outra sala em condições de funcionamento. Contou que já reclamaram do caso, porém a resposta que receberam é que estão se adequando. Informou também que o Hospital

Francisco da Silva Telles está, praticamente, sem direção porque a diretora pegou Covid, ficou muito mal, esteve entubada e ainda não reassumiu a direção. Quanto a Clínica da Família Ivanir de Melo, disse que o povo de Deodoro tem feito diversas reclamações no sentido de estarem sendo excluídos porque a Clínica está dividida entre AP 3.3 e AP 5.1, pois tem somente duas equipes para atendê-los e quando vão a Unidade para serem atendidos sentem-se mal devido a maneira como são recebidos. Passando ao ponto sete da pauta: Informes da Secretaria Executiva, a **Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, informou que ocorrerá uma reunião extraordinária, conforme já mencionado no grupo do "zap", dia 28, próxima terça-feira, sobre o Plano Municipal de Saúde, com a apresentação da conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal. Sobre os informes da Gestão, ponto oito da pauta, a **conselheira Liliane Cardoso de Almeida Leal** informou que na agenda da Câmara dos Vereadores já consta a apresentação do Relatório do Primeiro Quadrimestre de 2021 do Gestor Municipal do SUS, em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Será na quinta-feira às 10 horas. A Plenária será híbrida com a transmissão pelo Youtube. Informou também da importância da reunião extraordinária do dia 28, onde irão conversar um pouco sobre o Plano Estratégico e o PPA para subsidiar as ações no Plano Municipal. Fez menção à excelente apresentação das estagiárias que falaram sobre o SUS e disse que teve a sua atenção chamada para o diagnóstico regional para que possam, então, construir o municipal. Passando ao último ponto da pauta: Informes do Colegiado. Segue o informe do **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** passado pelo "zap". Informou que, no dia trinta de agosto de dois mil e vinte e um, uma segunda-feira, às oito horas da manhã, na porta principal da Policlínica Rodolfo Rocco (antigo PAM Del Castilho), realizaram um ato contra o fechamento da Policlínica e a demissão de setenta funcionários terceirizados. Em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, a Organização Social IDEIA, no auditório da Policlínica Rodolfo Rocco (antigo PAM Del Castilho), iniciou o processo de admissão com os funcionários que quisessem permanecer trabalhando na Policlínica. Disse que, sendo assim, não houve demissões para quem optou por continuar a trabalhar lá. Informou também que no dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, receberam na Policlínica Rodolfo Rocco (antigo PAM Del Castilho), a visita do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Daniel Soranz, informando que a citada Unidade não será fechada. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta e quatro minutos pela Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki e eu, **Maria da Conceição Ramos de Carvalho**, dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.


Maria da Conceição Ramos de Carvalho


Maria de Fátima Gustavo Lopes